



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

## Estado paga folha com o reajuste

“**Magistério.** Gasto do Estado com os professores chega aos R\$ 100 milhões no mês de julho ”  
(Notícias do Dia, Política, p. 11)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 28/7/11**



CLIPPING


Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Política	Data: 28/5/2011
Assunto: Estado paga folha com reajuste		Página: 11

# Estado paga folha com o reajuste

**Magistério. Gasto do Estado com os professores chega aos R\$ 100 milhões no mês de julho**

**JOÃO MEASSI**

[joao@noticiasdodia.com.br](mailto:joao@noticiasdodia.com.br)

 @joao\_ND

**FLORIANÓPOLIS** — O governo do Estado depositou ontem os salários dos professores já com os vencimentos reajustados conforme a última proposta salarial aprovada pela Assembleia. É a primeira folha de pagamento depois da greve que durou 62 dias.

É possível que haja alguns problemas nos contracheques e se isso acontecer os professores devem notificar à direção da es-

cola, que encaminha a reclamação para a gerência de Educação e depois para a gestão de pessoal. A informação é do secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Educação, Eduardo Deschamps, que liderou as negociações com os professores.

A folha de salários da educação soma R\$ 100 milhões em julho. A partir de agosto os professores passam a receber o primeiro escalonamento da regência de classe, que passa de 17% para 20% e de 25% para 30%. O escalonamento vai até dezembro. A partir de janeiro

a regência volta aos índices que eram de 25% e 40%. A folha suplementar com o pagamento dos 23 dias parados foi depositada sexta-feira passada.


A paralisação começou dia 18 de maio e se encerrou em 18 de julho. Uma corrente ligada ao PSTU defendia a continuidade do movimento. O movimento grevista foi perdendo força nas duas últimas semanas de julho. Relatório do deputado Joares Ponticelli (PP), que fez uma projeção de ganhos dos professores, foi aprovado por maioria dos deputados.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Política	Data: 28/5/2011
Assunto: Estado paga folha com reajuste		Página: 11

**PROJETO APROVADO**  
Projeção de salários dos professores



	Maio	Junho	Aumento	%
Séries Iniciais	R\$ 1.053,24	R\$ 1.483,75	R\$ 430,51	40,87%
Séries Finais	R\$ 1.204,61	R\$ 1.722,10	R\$ 517,49	42,96%
Superior Iniciais	R\$ 1.590,48	R\$ 1.725,00	R\$ 134,52	8,46%
Superior Final	R\$ 1.838,78	R\$ 1.945,80	R\$ 107,02	5,82%
Pós Graduação Inicial	R\$ 1.784,89	R\$ 2.154,29	R\$ 369,40	20,70%
Pós Graduação Final	R\$ 2.292,01	R\$ 2.430,03	R\$ 138,02	6,02%
Mestrado Final	R\$ 2.469,26	R\$ 2.616,89	R\$ 147,63	5,98%
Doutorado	R\$ 2.661,67	R\$ 2.818,09	R\$ 156,42	5,88%

	Maio	Agosto	Aumento	%
Séries Iniciais	R\$ 1.053,24	R\$ 1.543,10	R\$ 489,86	46,51%
Séries Finais	R\$ 1.204,61	R\$ 1.766,28	R\$ 561,67	46,63%
Superior Iniciais	R\$ 1.590,48	R\$ 1.794,00	R\$ 203,52	12,80%
Superior Final	R\$ 1.838,78	R\$ 2.053,44	R\$ 214,66	11,67%
Pós Graduação Inicial	R\$ 1.784,89	R\$ 2.240,46	R\$ 455,57	25,52%
Pós Graduação Final	R\$ 2.292,01	R\$ 2.564,48	R\$ 272,47	11,89%
Mestrado Final	R\$ 2.469,26	R\$ 2.761,65	R\$ 292,39	11,84%
Doutorado	R\$ 2.661,67	R\$ 2.973,99	R\$ 312,32	11,73%

	Maio	janeiro-12	Aumento	%
Séries Iniciais	R\$ 1.053,24	R\$ 1.911,07	R\$ 857,83	81,45%
Séries Finais	R\$ 1.204,61	R\$ 2.252,27	R\$ 1.047,66	86,97%
Superior Iniciais	R\$ 1.590,48	R\$ 2.221,80	R\$ 631,32	39,69%
Superior Final	R\$ 1.838,78	R\$ 2.618,55	R\$ 779,77	42,41%
Pós Graduação Inicial	R\$ 1.784,89	R\$ 2.774,71	R\$ 989,82	55,46%
Pós Graduação Final	R\$ 2.292,01	R\$ 3.270,20	R\$ 978,19	42,68%
Mestrado Final	R\$ 2.469,26	R\$ 3.521,67	R\$ 1.052,41	42,62%
Doutorado	R\$ 2.661,67	R\$ 3.792,44	R\$ 1.130,77	42,48%



**CLASSE**

Em agosto os professores passam a ganhar o primeiro escalonamento da regência



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/7/11
Assunto: Magistério, Sinte espera negociação		Página: 38

## MAGISTÉRIO

# Sinte espera negociação

**DARCI DEBONA** **Chapecó**

**O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) aguarda a formação de um grupo de estudo para seguir a negociação da categoria com o governo do Estado.**

Ontem, em Chapecó, a coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, informou que aguarda o ofício da Secretaria de Educação para a formação da comissão paritária.

– Esperamos realizar a primeira reunião no início de agosto – afirmou Alvet.

De acordo com ela, o grupo de estudo vai tratar de alguns pontos da pauta que não foram atendidos, como recuperação da tabela salarial e regência de classe. A categoria reclama que houve uma vitória na implantação do piso de R\$ 1.187. Mas,

em compensação, o governo teria achatado a tabela salarial de professores com curso superior.

Alvet ressaltou o compromisso do governo de conceder o reajuste anual da categoria em janeiro, que, segundo ela, seria de 20% a 22%.

Apesar de algumas divergências ocorridas no final da greve, a coordenadora considerou positiva o balanço da paralisação de dois meses.

– Foi a maior mobilização da história e conseguimos a implantação do piso – disse ela.

A coordenadora afirmou que as aulas serão recuperadas com calendário até 30 de dezembro, mas respeitando a autonomia de cada escola.

Alvet lembrou que a categoria continua em estado de greve para verificar se o governo do Estado vai cumprir o prometido, mantendo o canal de negociação.

[darci.debona@diario.com.br](mailto:darci.debona@diario.com.br)



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 28/7/11
<b>Assunto:</b> PL que destina 50% do Fundo Social à educação está na pauta da CI		<b>Página:</b> online

#### **PL que destina 50% do Fundo Social à educação está na pauta da CI**

Proposta que destina 50% do Fundo Social à educação está na pauta da reunião da próxima quinta-feira (4) da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). De autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposta recebeu voto favorável da relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e ainda será examinada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), nesta última em decisão terminativa .

Segundo a Agência Senado, pela proposta (PLS 138/11), que altera a Lei 12.351/10, 80% desse percentual deverá ser destinado à educação básica e à educação infantil. Além disso, o Poder Executivo ficará liberado de edição de nova lei para liberação de recursos para gastos de recursos relativos ao "principal" do Fundo Social.

Vanessa Grazziotin explica no relatório que Inácio Arruda, ao justificar a proposição, enfatizou a importância de ampliar os recursos destinados à educação como pré-requisito para melhorá-la em qualidade e em quantidade. Ele disse ainda que a proposta é consistente com o Plano Nacional de Educação 2011/2020, em tramitação no Congresso, e com o objetivo de movimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Essas entidades querem elevar os gastos com educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

## Clipping

**CNTE**

### 27/07/2011 - Auditor indica falhas no órgão que faz o Enem

› Data: 27/07/2011  
› Veículo: ISTO É  
› Editoria:  
› Assunto principal: ENSINO MÉDIO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação, dispensa licitações sem respaldo legal e sua área de tecnologia da informação não está preparada para lidar com situações de risco, como o vazamento de dados dos alunos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

São as duas principais constatações de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) no órgão, à qual a reportagem teve acesso. Segundo o relatório preliminar, referente a 2010, 50% dos valores dos contratos do instituto firmados foram feitos sem licitação - a cifra correspondente chegou a R\$ 172,3 milhões, de um total de R\$ 344,8 milhões.

A Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) prevê a dispensa de licitação em certas condições, como na "contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional", subterfúgio usado pelo Inep para justificar a fuga ao procedimento. "Entretanto, os serviços contratados não se enquadram como atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional daquela instituição", diz a CGU.

A assessoria do Ministério da Educação (MEC) respondeu à reportagem que o Inep optou pela dispensa de licitação "por entender que as citadas contratações preenchem todos os requisitos necessários ao atendimento das formalidades previstas" na Lei de Licitações.

Segundo o MEC, os documentos relativos ao tratamento de segurança da informação "estão finalizados" de acordo com as normas do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e será constituído um comitê de segurança da informação do Inep. Quanto aos riscos operacionais nos processos de avaliação, disse que o Inep contratou a empresa Módulo Security com o objetivo de "mapear e identificar requisitos mandatórios de segurança". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Copyright © 2011 Agência Estado Todos os direitos reservados.

Assuntos Relacionados



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 28/7/11
<b>Assunto:</b> Inep divulga conteúdos que serão cobrados no Enade		<b>Página:</b> online

#### **Inep divulga conteúdos que serão cobrados no Enade**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, divulgou ontem (27) os conteúdos que serão cobrados em provas de cursos superiores a serem avaliados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) deste ano. O exame está marcado para 6 de novembro, às 13h (horário de Brasília). A lista do que será cobrado nos cursos tecnológicos foi divulgada em 13 de julho.

O instituto divulgou os temas específicos de áreas a serem avaliadas. São elas: biologia, ciências sociais, licenciatura em educação física, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática, música, pedagogia e química. Os cursos de arquitetura e urbanismo, engenharia, computação e artes visuais também serão avaliados, mas o Inep ainda não divulgou o que cairá nas provas específicas dessas áreas.

A prova tem 40 questões no total. A parte de formação geral, comum a todos os cursos avaliados, terá dez questões, sendo duas discursivas e oito de múltipla escolha. Alguns dos temas da prova poderão ser: violência, vida urbana e rural, relações de trabalho, arte e cultura, entre outros.

A parte específica da prova tem 30 questões, sendo 27 perguntas de múltipla escolha e três discursivas. A parte de formação geral vale 25% da nota e a parte específica vale 75%.

Os cursos tecnológicos a serem avaliados neste ano são: tecnologia de alimentos, tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas, tecnologia em automação industrial, tecnologia em construção de edifícios, tecnologia em fabricação mecânica, tecnologia em gestão da produção industrial, tecnologia em manutenção industrial, tecnologia em processos químicos, tecnologia em redes de computadores e tecnologia em saneamento ambiental.

As inscrições dos estudantes no Enade que são de responsabilidade das instituições de ensino superior. O prazo começou em 18 de julho e vai até 19 de agosto.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 28/7/11
<b>Assunto:</b> Projeto proíbe escola e faculdade de exigir fiador		<b>Página:</b> online

#### **Projeto proíbe escola e faculdade de exigir fiador**

A Câmara analisa o Projeto de Lei 560/11, do deputado Lindomar Garçon (PV-RO), que proíbe a exigência de fiador a estudantes de faculdades e escolas privadas para a realização de matrícula e renovação.

De acordo com a Agência Câmara, o autor argumenta que é difícil conseguir que alguém aceite participar como fiador em algum tipo de transação comercial.

O deputado afirma também que é necessário prevalecer a boa-fé nas relações contratuais, ou seja, de que o aluno cumprirá com a sua obrigação de pagar as mensalidades. “Esse é um dos princípios básicos do contrato e da própria relação de consumo estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor”, diz Lindomar Garçon.

Atualmente, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) dispensa de fiador os alunos dos cursos de licenciatura, os que tenham renda familiar mensal per capita até 1,5 salário mínimo e os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni). Essa dispensa de fiador do Fies vale apenas para as instituições de ensino que aderiram a um fundo garantidor do Ministério da Educação (MEC).

A proposta tramita em conjunto com o PL 5718/01, que aguarda inclusão na pauta do Plenário.